

# ASCENSÃO À BRASILEIRA

MILTON OHATA

Doutor em História pela Universidade de São Paulo

## Resumo

A biografia de Antonio Nicolau Tolentino permite reconstituir a dinâmica sociopolítica do Brasil oitocentista, e também o contexto mais amplo da inserção do país no quadro de relações desiguais e combinadas do capitalismo industrial. Além da precisa reconstituição de época, a trajetória do burocrata revela constantes da história brasileira, já identificadas por Antonio Candido em estudos anteriores.

## Palavras-chave

Brasil  
oitocentista;  
Patriarcalismo;  
Política  
imperial

## Abstract

*The life of Antonio Nicolau Tolentino makes possible to reconstitute 19<sup>th</sup> century Brazil's social and political dynamics, and also the wider context of relations between the country and the unequal and combined relations of industrial capitalism. The course of this bureaucrat, moreover the exact historical reconstitution, reveals Brazilian historical patterns, identified by Antonio Candido in former essays.*

## Keywords

1800's Brazil;  
Patriarchalism;  
Imperial policy

\* Publicado originalmente em Maria Elisa Cevalco e Milton Ohata (Orgs.), *Um crítico na periferia do capitalismo – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

\*\* Milton Ohata é doutor em história pela FFLCH-USP e trabalha atualmente como editor na Cosac Naify. Publicou em *Novos Estudos – CEBRAP*, *Teoria e Debate* e *Mais!Folha de S. Paulo*, entre outros.

**A**o nos contar os percalços de um funcionário em ascensão pela burocracia do Brasil imperial, Antonio Candido revisita as questões cruciais de nosso século XIX.<sup>1</sup> Nascido num Rio ainda joanino em 1810, Antonio Nicolau Tolentino entrou para o serviço público em 1825, atravessou os anos turbulentos das Regências e do início do Segundo Reinado, falecendo em julho de 1888, logo após a abolição da escravatura. O personagem viveu portanto quase todo o período. Em si, o fato não tornaria menos ou mais interessante sua trajetória pessoal, não fosse ela significativa o suficiente para revelar a dinâmica social do tempo. Filho de lavradores pobres ou de mãe solteira – não se sabe ao certo –, saiu da obscuridade por esforço próprio, foi reconhecido em seu valor por figuras da política, arranjou um bom casamento entre a elite e terminou seus dias como alto funcionário. Da roça aos salões de baile da Corte, a subida não foi feita sem ânimo prestativo, hesitações, orgulho das próprias qualidades, espera do momento oportuno e resignação de quem teve de ouvir calado. Tudo isso num quadro social que não lhe garantia qualquer reconhecimento e é uma constante brasileira até hoje. Entretanto, Tolentino não apenas abaixava a cabeça para resguardar sua carreira, como faria um adulator medíocre. Havia nele um idealismo no bom sentido do termo, que obviamente encontrou resistências quando foi posto em prática. O nervo da narrativa de Antonio Candido é o conflito entre as intenções racionais do burocrata e a politicagem ampla, geral e irrestrita. Não se trata contudo de luta do Bem contra o Mal, pois tal embate tem uma especificação histórica cuja raiz se encontra no próprio surgimento do Brasil como país da periferia do capitalismo.

A dissolução do antigo sistema colonial em todo o continente americano era parte de uma mudança maior, na qual o capitalismo industrial e o universo bur-

<sup>1</sup> Antonio Candido. *Um funcionário da monarquia – ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul, 2002.

guês se afirmavam em relação aos velhos modos de produzir, aos privilégios da sociedade de ordens e também à escravidão moderna, que havia sido ela própria uma das alavancas da acumulação primitiva do capital. Nossa independência tomou entretanto a forma mais conservadora entre os países americanos, preservando o regime monárquico e as estruturas sociais fundadas no escravismo. A constituição do Estado nacional brasileiro foi um processo difícil, no qual a classe dirigente precisava se equilibrar entre as pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro e os interesses contrários da classe dominante brasileira, que necessitava do comércio de escravos.<sup>2</sup> Em outras palavras, o Brasil independente afirmava-se como nação moderna, adotava uma Constituição, um Parlamento, casaca e cartola, ao mesmo tempo em que mantinha a maior parte de sua população fora do âmbito da cidadania. Os escravos, sob a chibata dos senhores. Os não-proprietários, sem quaisquer direitos garantidos, obrigados à prática do *favor* e dependentes dos caprichos do mando. Situação que parecia nos colocar aquém dos padrões civilizacionais que nos serviam de modelo. Roberto Schwarz notou que o assunto foi explorado largamente por Machado de Assis. Aqui, o funcionamento do ideário burguês tinha um quê de amalucado. “Necessário à organização e à identidade do novo Estado e das elites, ele representa progresso. Por outro lado, não expressa *nada* das relações de trabalho efetivas, as quais recusa e desconhece *por princípio*, sem prejuízo de conviver familiarmente com elas”.<sup>3</sup> O progresso é desejável e existe, mas é considerado de um ângulo objetivo que o relativiza. Salvo engano, essa é a chave para entender o drama de Antonio Nicolau Tolentino, que pisou o mesmo chão das personagens machadianas.

Não poderíamos ver em Tolentino muito de Helena e Iaiá Garcia? De origem parecida, além de boas e algo ingênuas, as três figuras têm consciência de suas qualidades, bem como da fragilidade destas no quadro patriarcal. Por isso também fazem cálculos sociais no intuito de civilizar as práticas do favor.<sup>4</sup> De fato, Tolentino aprendeu inglês e francês, era homem lido e – aqui a diferença – deu-se bem com seus padrinhos na burocracia, verdadeiros construtores da política imperial, como Caxias, Rio Branco e Mauá, que lhe reconheciam a competência e o apoiaram publicamente todas as vezes que sua reputação foi posta em dúvida pelos seus adversários. A comparação fica ainda mais substantiva quando pensamos nos romances da chamada segunda fase machadiana, na qual as boas intenções da primeira dão lugar à certeza quanto ao caráter antissocial da classe dominante

<sup>2</sup> A respeito, cf. Fernando Novais. “Passagens para o novo mundo” (1984). In: *Aproximações – estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005; Luiz Felipe de Alencastro. “Le versant brésilien de l’Atlantique Sud – 1550-1850”, *Annales – Histoire, Sciences Sociales*, 2, 2006, e “O fardo dos bacharéis”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 19, 1987.

<sup>3</sup> Roberto Schwarz. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1990, p. 37.

<sup>4</sup> O problema básico da primeira fase machadiana. Cf. Roberto Schwarz. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977. Isabel Lustosa nota justamente que “Antonio Candido tem um estilo analítico machadiano”. Cf. “Tolentino, o burocrata”, caderno *Prosa e Verso*, *O Globo*, 22/06/2002, p. 2.

brasileira. Esta aparece com toda a sua crueza num episódio central da carreira de Tolentino – o qual é também muito significativo para entender o sistema político do regime. Pois o livro de Antonio Candido situa-se precisamente nos andares de baixo da política parlamentar e palaciana, ou seja, *Um funcionário da Monarquia* complementa na sua aparente modéstia – e nesse ponto o autor acerta mais uma vez no tom e na forma – um dos poucos grandes livros da historiografia brasileira, *Um estadista do Império*, clássico de Joaquim Nabuco publicado entre 1897 e 1899.<sup>5</sup> Antonio Candido soube portanto avaliar a significação do episódio que quase botou a perder todo o esforço de seu personagem. Aqui está um tema importantíssimo e ainda pouco explorado pela historiografia do Império: o conflito entre os presidentes de província, nomeados pelo poder central, e as Assembleias, que representavam os mais encarniçados interesses regionais.<sup>6</sup>

Ocorreu que, em agosto de 1857, Tolentino foi nomeado para a presidência da província do Rio de Janeiro e iniciou uma reforma administrativa já aprovada pela própria Assembleia mas que, seguindo a melhor tradição brasileira, continuava apenas no papel. A reforma tinha sido ensaiada em vão por antecessores ilustres e era considerada uma necessidade para o núcleo duro do próprio regime, que reconhecia como irracional a falta de continuidade administrativa a cada mudança política de rotina. Tolentino empenhou-se na tarefa, tentando racionalizar o expediente, acabar com as sinecuras e estabelecer critérios para os gastos, tudo em linha com a impessoalidade da norma que vale para todos. Logo um deputado protestou, soltando uma declaração autoincriminatória: “S. Ex<sup>a</sup>. veio para a Província e veio resolvido a acabar com todos os abusos ante os quais tinham-se quebrado a força do prestígio dos srs. Marquês de Paraná e Visconde de Sepetiba”.<sup>7</sup> Os conflitos prosseguem e a Assembleia passa a usar os argumentos mais esdrúxulos, apoiando-se inclusive na Constituição. O ponto alto da encenação foi um discurso do líder dos deputados, Saldanha Marinho. Para Antonio Candi-

<sup>5</sup> Sobre o significado de *Um estadista do império*, cf. Luiz Felipe de Alencastro. In: Lourenço Dantas Mota (org.) *Introdução ao Brasil - um banquete no trópico*, São Paulo, Editora Senac, 1999, pp.113-131. João Cezar de Castro Rocha (“Um anti-Leonardo Pataca”, *Jornal do Brasil*, caderno *Idéias*, 20/08/2002, p. 6) faz outro paralelo interessante ao notar que o livro é um complemento à série de biografias da *História dos fundadores do império* (1958), de Octávio Tarquínio de Souza. Antonio Candido planejou inicialmente fazer o estudo a quatro mãos com Lúcia Miguel Pereira, sua prima, casada com Tarquínio. Atente-se porém que os protagonistas da *História* atuam no Primeiro Reinado e nas Regências, enquanto o livro de Antonio Candido dedica-se, como o de Nabuco, mais ao Segundo Reinado. A diferença não se limita à simples troca de monarcas num mesmo regime, pois a partir de 1831 o tráfico negreiro, desde a independência assumido como política de Estado, passou a ser considerado crime internacional, colocando o Brasil na lista das *nações-piratas*, fato que muda bastante o estatuto do par “norma-infração”, que pautava a auto-imagem e a posição relativa do país na ordem mundial. cf. Roberto Schwarz. *Um mestre na periferia do capitalismo*. p. 39.

<sup>6</sup> Ver a respeito, Luiz Felipe de Alencastro. “Memórias da Balaiada”, *Novos Estudos CEBRAP*, nº 23, março de 1989, pp.7-13; e Maria de Fátima Silva Gouvêa. *O império das províncias – Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.

do, “oração magistral, de serenidade feroz e a mais admirável má-fé estratégica”,<sup>8</sup> que – acrescentemos – faz como Brás Cubas e Bentinho o mesmo uso volúvel de ideias prestigiosas, revelador de um privilégio de classe incontrastado. Encurralado pela Assembleia e diante do silêncio do Gabinete, Tolentino pede demissão e tudo fica como dantes no quartel de Abrantes. Alguns anos depois, desta vez na Alfândega que então dirigia e tentava reformar, o personagem envolve-se num caso de contrabando, episódio em que novamente enfrenta e é derrotado pelo patriarcalismo. Na ocasião, Tolentino escreve um livro em sua própria defesa, no qual se vê a distância grande entre seu espírito público e a bandalheira à sua volta. Depois de quase dez anos de ostracismo, volta a ocupar posições de destaque na burocracia, sempre com zelo, competência e ânimo reformador. São anos crepusculares e amenos, tais como os vividos pelo Conselheiro Aires. Pouco antes de falecer, Tolentino sai da cama para uma deferência do regime que ajudara a construir, ser recebido em palácio pela princesa Isabel e beijar a mão que assinará a Lei Áurea, início da derrocada do Império.

À parte a fina reconstituição histórica, o livro não é uma biografia completa de seu personagem, como nos adverte o próprio autor, que preferiu não esmiuçar

<sup>7</sup> Antonio Candido. *Um funcionário da monarquia*, p. 68. A fala do deputado remete a um dos pontos principais do programa da “conciliação” (a partir de 1853): modernizar o aparelho de Estado em nome da governabilidade, acima dos interesses partidários estritos. O artífice-mor da “conciliação” foi justamente Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1856), magistrado, deputado eleito por Minas Gerais, senador, presidente de província, ministro de Estado. Como Marquês de Paraná (1854) e líder do Partido Conservador, foi reconhecido em vida como um dos principais nomes da política imperial num tempo em que as reformas políticas procuravam acompanhar a modernização da economia após o fim do tráfico negreiro e a expansão da cafeicultura.

<sup>8</sup> *Idem, ibidem*, p. 81. O pernambucano maçom Joaquim de Saldanha Marinho (1816-1895), membro do Partido Liberal, deputado e senador do Império em várias legislaturas, foi também presidente das províncias de Minas Gerais e São Paulo. Posteriormente um dos opositores destacados da forma monárquica de governo, formou nas fileiras iniciais do abolicionismo, foi signatário do Manifesto Republicano (1870) e primeiro líder do Partido Republicano. Sua figura é característica de um tipo de reformador entre as elites brasileiras. “Tradicionalistas e iconoclastas movem-se, em realidade, na mesma órbita de idéias. Estes, não menos do que aqueles, mostram-se fiéis preservadores do legado colonial [o predomínio do patriarcalismo sobre o interesse público], e as diferenças entre si são unicamente de forma e superfície”. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, 18ª edição, p. 54. É fato conhecido que o movimento republicano beneficiou-se do apoio de antigos escravocratas inconformados com o 13 de maio de 1888. José Almino observa que logo após a abolição, Joaquim Nabuco, monarquista e o grande líder da causa, “revigora os seus ataques ao movimento republicano, no qual identifica elementos de uma ‘reação’ escravocrata”. cf. “Radicalismo e desencanto”. In: José Almino de Alencar; Ana Pessoa (Org.). *Joaquim Nabuco – O dever da política*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2002, pp. 36-37. Dessa reação, participou gente como o Barão de Santa Pia, personagem do *Memorial de Aires*, que antecipou-se à Lei Áurea e alforriou os escravos de sua fazenda. Perguntado sobre as razões de sua atitude, deu “esta resposta, não sei se sutil, se profunda, se ambas as cousas ou nada: - Quero deixar provado que julgo o ato do governo uma espoliação, por intervir no exercício de um direito que só pertence ao proprietário, e do qual uso com perda minha, porque assim o quero e posso. (...) – Estou certo que poucos deles deixarão a fazenda; a maior parte ficará comigo, ganhando o salário que lhes vou marcar, e alguns até sem nada, - pelo gosto de morrer onde nasceram”. Vinte anos antes da publicação do *Memorial*, o pessimismo histórico de

alguns aspectos mais rotineiros e técnicos da carreira de Tolentino. Um historiador positivista, aferrado ao fetichismo dos documentos, veria nisso um defeito. Os leitores de Antonio Candido sabem entretanto que a ele não falta um aguçado sentido histórico, raro mesmo entre profissionais da historiografia. Junte-se a este senso outra de suas qualidades, a percepção estética alargada, e teremos a razão pela qual este livro assumiu feições tão próprias. Aquilo que sob certo ponto de vista representa uma falha é na verdade um procedimento consciente para identificar o que Antonio Candido chama de “redução estrutural” comum a formas sociais e artísticas – sendo em fim de contas um ganho de percepção em meio a detalhes que nem sempre são significativos. Nesse sentido, poderia ser feita uma aproximação do vaivém entre ordem e desordem, identificado pelo autor nas *Memórias de um sargento de milícias*, com certos avanços e recuos da vida de Tolentino.<sup>9</sup> Se não chegava ao grau de malandragem de Leonardo Pataca, Tolentino tampouco se manteve com os dois pés no plano da ordem. Sabemos pelo livro que, antes do casamento arranjado numa rica família fluminense, nosso personagem mantinha uma união informal com uma italiana bonita que lhe deu duas filhas (desde sempre reconhecidas). No mesmo espírito, o burocrata que não sujou

Machado de Assis era duramente condenado por abolicionistas como José do Patrocínio: “Pago o ódio que esse homem vota à humanidade com o meu desprezo... Nunca olhou para fora de si; nunca deparou, no círculo das suas idealidades e reverências, outro homem que não fosse ele, outra causa que não fosse a sua, outro amor que não fosse o de si mesmo... O país inteiro estremece; um fluido novo e forte, capaz de arrebatara a alma nacional, atravessa os sertões, entra pelas cidades, abala as consciências... Só um homem, em todo o Brasil e fora dele, passa indiferente por todo esse clamor e essa tempestade... Esse homem é o Sr. Machado de Assis. Odeiem-no porque é mau; odeiem-no porque odeia a sua raça, a sua pátria, o seu povo...”, citado em “Entusiasta e místico”, Augusto Meyer, *Machado de Assis, 1935-1958*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958, p. 45-6. Toda essa série de citações revela que a posição periférica do país joga luz de um ângulo inesperado sobre categorias políticas européias, que aqui quase nunca correspondem às respectivas práticas. O republicanismo liberal não parece o que é e pode ser menos progressista que o conservadorismo monárquico, o qual por sua vez alimentava um otimismo algo ingênuo sobre o futuro. Longe de uma fria indiferença, Machado de Assis esmiuçou no calor da hora o funcionamento objetivo dessa verdadeira comédia ideológica. Em *A pirâmide e o trapézio* (Companhia Editora Nacional, 1974), Raymundo Faoro provou à exaustão o quanto Machado de Assis, durante muito tempo acusado de alheio às coisas brasileiras, havia descrito minuciosamente a estrutura social do país. Na esteira de Faoro, John Gledson revelou que na ficção machadiana há uma mistura de realismo com interpretação alegórica da história brasileira. Para o crítico inglês, o *Memorial de Aires* “mostra a verdadeira história da Abolição”. V. de John Gledson, *Machado de Assis – ficção e história*, S. Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 223 e pp. 247-51; bem como Fragelli, Pedro Coelho. “O *Memorial de Aires e a abolição*”, *Novos Estudos CEBRAP*, 79, novembro de 2007. Também de Gledson, ver também especialmente o capítulo 3 de *Machado de Assis – impostura e realismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991. Devemos a José Galante de Souza a identificação de Machado como autor da série de crônicas publicadas em 1888-9 na *Gazeta de Notícias* sob o título “Bons dias!”. Nelas, sob pseudônimo, Machado pôde expressar desabudamente sua própria visão do processo. Ver a análise minuciosa de Gledson, *Machado de Assis – ficção e história*, capítulo 3. Na prática, como burocrata do Ministério da Agricultura, Machado atuava à sua maneira em favor do abolicionismo, ver Sidney Chaloub. *Machado de Assis historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, capítulo 4. Para uma análise dos pontos nevrálgicos do abolicionismo, ver Luiz Felipe de Alencastro, “De Nabuco a Nabuco”, *Folhetim*, Folha de S. Paulo, 08.05.1987, p. B-6 a B-8.

as mãos ao ascender faz vistas grossas para a naturalidade com que seus protetores misturam interesses privados e negócios públicos. Por outro lado, sob pena de injustiça à memória de Tolentino, é claro que o essencial de sua trajetória está numa espécie de recusa aos aspectos menos defensáveis da ordem que entretanto lhe permitiu mudar de vida e subir. O reformismo do personagem teria assim afinidades com um veio político já identificado por Antonio Candido como o radicalismo possível de nossas camadas médias, espremidas entre a desfaçatez de nossas elites e certa inorganicidade renitente dos de baixo.<sup>10</sup>

Vimos que a força discreta deste livro vem de um conhecimento fundo das coisas brasileiras, decantado por Antonio Candido em sua experiência e em raciocínios longamente maturados, jogando luz sobre dados estruturais de nossa história, nossa cultura e nossa vida social. Aqui o motivo pelo qual, embora centrado em nosso século XIX, *Um funcionário da Monarquia* tem ressonâncias e um significado no presente. Há na carreira de Tolentino algo de fantasia desfeita, um ritmo característico da história brasileira. Ao resenhar o livro, José Murilo de Carvalho fez um paralelo com a luta de Rui Barbosa pelos ideais civílistas contra o pacto oligárquico da República Velha.<sup>11</sup> Adiante, quando o desenvolvimentismo deu à questão da modernização nacional possibilidades práticas inéditas, mais uma vez – e num grau máximo de tensão e complexidade – os interesses escusos derrotaram o que de melhor já teve nosso espírito público. A experiência ficou registrada na memorialística de Celso Furtado, o funcionário-modelo do Brasil democrático. Nessas trajetórias acompanhamos o esforço custoso de construção nacional na periferia, o qual parece em fim de contas fazer parte de uma dinâmica que lhe escapa e frustra<sup>12</sup>. Nos dias que correm, os Estados Nacionais têm sido utilizados para cortar na própria carne e optar, em detrimento dos cidadãos, pela reprodução do capital. O fato pode assustar um europeu criado nas políticas socialmente inclusivas do *Welfare State*. Não a quem atenta para nossa história. O Brasil do século XIX revela impasses presentes que não são apenas brasileiros, pois suas aberrações são cifras das desigualdades internacionais. O Estado imperial foi constituído para formar uma nação partida e por isso não cansava de desfazer a fantasia de Tolentino.

<sup>9</sup> Antonio Candido. “Dialética da malandragem”, em *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993. Uma comparação entre Leonardo Pataca e Tolentino também é feita por Castro Rocha (*op.cit.*).

<sup>10</sup> Ver do autor a segunda parte de *Teresina, etc.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; “Radicalismos”, em *Vários escritos*, São Paulo, Duas Cidades, 1995, 3ª edição, revista e aumentada; e “A situação brasileira”, em Vinícius Dantas (Org.), *Textos de intervenção*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34.

<sup>11</sup> José Murilo de Carvalho. “Veredas do poder”, em *Jornal de Resenhas – Folha de S. Paulo*, 13/04/2002, p. 10.

<sup>12</sup> Ver Robert Kurz, *O colapso da modernização*. São Paulo, Paz e Terra, 1992. E Roberto Schwarz, “Fim de século”, em *Seqüências brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.